



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO I (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “A”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.073.752.617,99	438.042,79
Pessoal Ativo	934.396.986,14	438.042,79
Pessoal Inativo	139.355.631,85	-
Outras Desp. de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	143.776.863,23	438.042,79
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.582.616,49	438.042,79
Inativos com Recursos Vinculados	137.194.246,74	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	929.975.754,76	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	18.229.772.853,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	30.066.142,66	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.199.706.710,34	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b)	929.975.754,76	5,11%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.091.982.402,62	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.037.383.282,49	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	982.784.162,36	5,40%

FONTE: SIPP/ SIOF / S2GPR, Secretaria de Finanças - TJCE, 23/10/2017 às 10:00

Nota 1: Excluído o Abono de Permanência previsto na EC Nº 41/2003 (CF/88) conforme Resolução Nº 2.582/2009 de 01/12/2009 do TCE/CE;

Excluída a despesa com “Pensionistas” conforme Resolução Nº 2230/2010 do TCE/CE

Nota 2: Não foram consideradas as seguintes despesas: a) indenização de transporte - R\$ 6.742.110,00 empenhada no item 3190110001, b) Férias – abono pecuniário – RPPS – R\$ 5.892.408,77 (31901100021), ajuda de custo – R\$ 546.570,63 (31901600001) e auxílio-moradia (31901600099) – R\$ 3.751.706,04

Nota 3: Excluídas das despesas de exercícios anteriores, do Pessoal Ativo, os valores referentes aos seguintes elementos de despesa 01- Aposentadorias, reserva remunerada e reformas – civil: R\$ 2.161.385,11 (computado em Pessoal Inativo) e 03- Pensões civis: R\$ 44.563,98.

Nota 4: As despesas de exercícios anteriores cujos fatos geradores encontram-se no período de apuração deste relatório foram excluídas das Despesas de Exercícios Anteriores não Computadas.

Nota 5: Republicado para ajuste do valor referente às transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (item V).

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 23 de outubro de 2017.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

José Joaquim Neto Cisne
Secretário de Finanças

Leonel Gois Lima Oliveira
Auditor-chefe